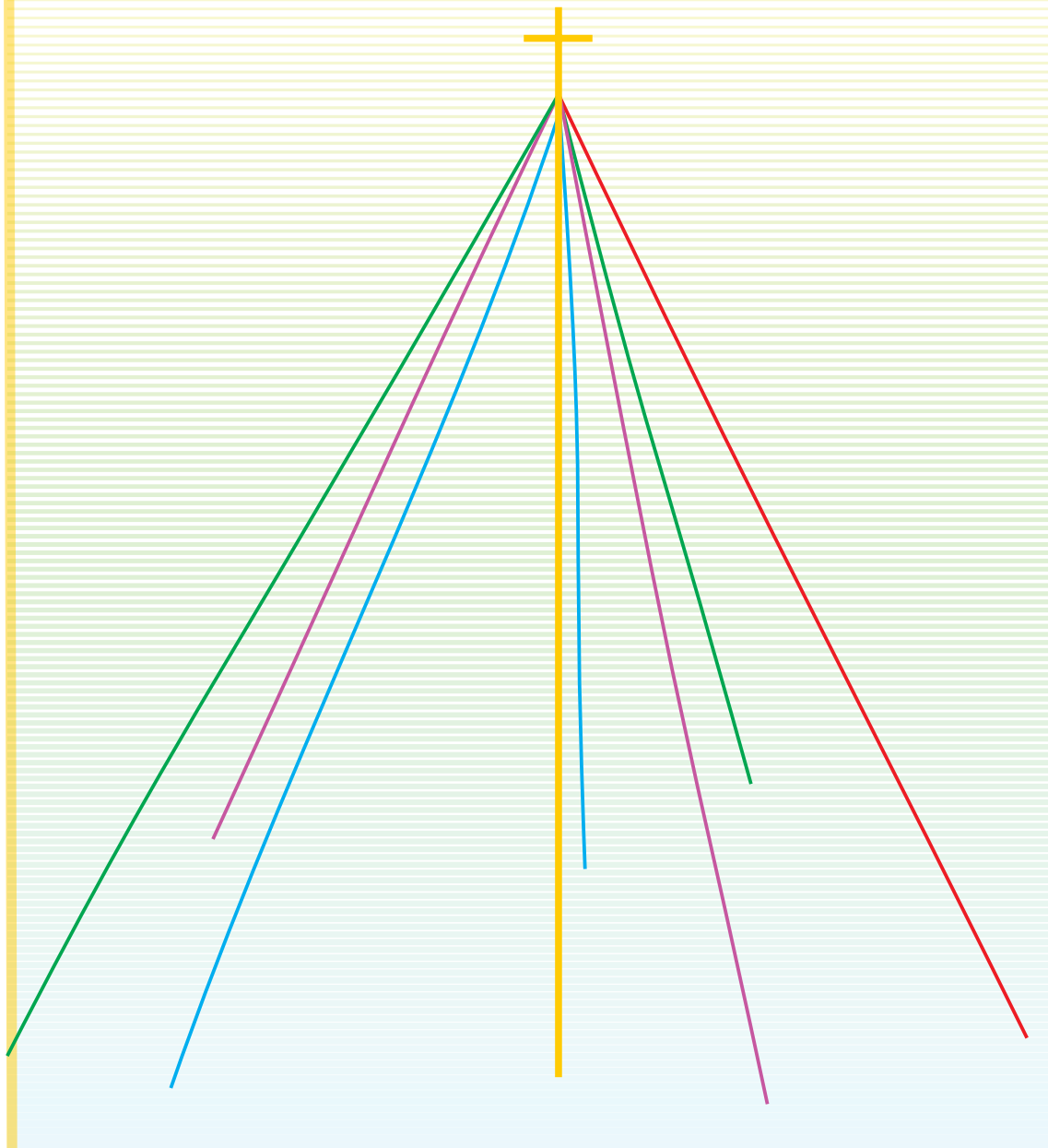




Arquitetura Sacra Com Pequenas Comunidades de Discípulos E Discípulas de Jesus Cristo na Igreja Católica

Arq. José Enesio Pinheiro. CAU202315-6



Artigo Científico

Proposta Metodológica Destinada a
Colaborar Com Arquitetos e Líderes
Religiosos, no Processo de Projetar
Arquitetura Sacra COM as Pequenas
Médias Comunidades Católica.

Este volume trata das
partes introdutórias
importantes para
entender o programa
e o processo de
projeto de arquitetura
sacra com as comunidades
católicas

índice do volume 01

Numeração no site:	Página do material impresso:
1 - Artigo do TCC I.....	01
2 - Introdução e metodologia	23
3 - Introdução à liturgia	31
5 - Glossário e Patrimônio Histórico	38

índice do volume 02

Numeração no site:	Página do material impresso:
4 - O projeto de arquitetura Sacra.....	51
6 - Átrio, “praça” e implantação	
7 - Edifícios anexos	
8 - Verticalidade: torre e/ou campanário	
9 - Batistério	
10 - Porta	
11 - Lugar da Assembléia	
12 - Lugar da Reconciliação	
13 - Iconografia. objetos litúrgicos e devocionais.	
14 - Sacristia e e equipe de cânticos	
15 - Capela da reserva eucarística	
16 - Presbitério cadeira da presidência e parede do fundo.	
17 - Ambão	
18 - ALTAR	

1

Arquitetura Sacra Com Pequenas Comunidades de Discípulos E Discípulas de Jesus Cristo na Igreja Católica

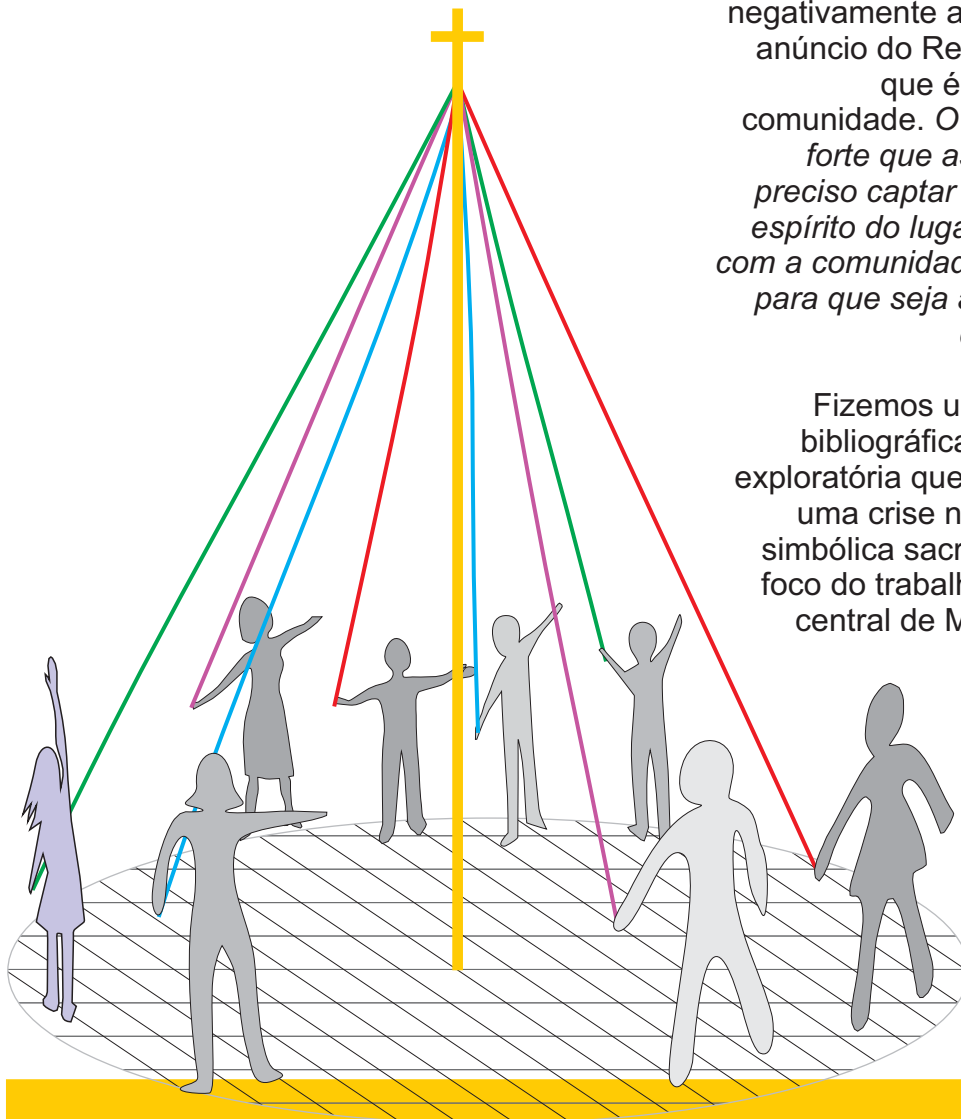
Artigo do TCC I

A ideia central parte do desafio de descobrir uma arquitetura que esteja à serviço de uma igreja pobre e discípula missionária, servidora de Jesus Cristo.

Buscamos mostrar que é fundamental para a missão da comunidade, que ela tenha um espaço sacro mistagógico.

A falta deste espaço afeta negativamente a vivência e o anúncio do Reino de Deus, que é a missão da comunidade. *O lugar é mais forte que as pessoas. É preciso captar o verdadeiro espírito do lugar ao projetar com a comunidade sua igreja, para que seja à imagem da comunidade.*

Fizemos uma pesquisa bibliográfica e descritiva exploratória que demonstrou uma crise na arquitetura simbólica sacra católica. O foco do trabalho é a região central de Minas Gerais.



ARQUITETURA SACRA COM PEQUENAS COMUNIDADES DE DISCÍPULOS E DISCÍPULAS DE JESUS CRISTO NA IGREJA CATÓLICA

José Enesio Pinheiro

RESUMO

Partindo da observação da arquitetura das capelas de pequenas comunidades mineiras de 1960 e depois de 1960 no território da Diocese de Itabira-Coronel Fabriciano, percebeu-se um enorme contraste entre elas. Assim, identificou-se e pesquisou uma crise simbólica que gerando a recusa de espaços sacros mistagógicos para as comunidades. Para verificar tal realidade e apontar saídas, fez-se estudos bibliográficos das noções de arquitetura sacra, comunidade católica, capelas de antes e depois de 1960, além de pesquisa bibliográfica de teorias da arquitetura, encontrando na arquitetura regeneradora uma proposta viável capaz dialogar com os conceitos anteriores e superar a crise da arquitetura contemporânea, o que foi comprovado através de levantamentos físicos e fotográficos e entrevistas à padres, arquitetos e seminaristas sobre capelas de antes e depois de 1960, incluindo a Igreja do Ipaneminha, o desprezo ao lugar e ao *ethos* das comunidades. É uma pesquisa descritivo-exploratória pela característica de observar, classificar e descrever a realidade existente na comunidade nossa Senhora Aparecida no que diz respeito ao conceito de arquitetura sacra.

Palavras-Chave: Sacra, devocional, enculturação, mistagogia.

1 INTRODUÇÃO

A arquitetura colabora com as diversas religiões edificando templos relevantes. No cristianismo as igrejas usufruem de vasta produção arquitetônica e a Igreja Católica tem na arquitetura e arte sacras um dos principais meios para comunicar e vivenciar a fé. No entanto, dentro da Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II, ganhou força a formação de pequenas comunidades, mormente nos países da América Latina e no Brasil.

No Brasil, Minas Gerais teve um jeito singular de vivenciar e dinamizar uma intensa religiosidade devocional popular católica promovida por confrarias e ordens terceiras por séculos sem a presença de padres (BAZIN, 1956). Mas, esta tradição teria



entrado em crise pelo choque com as muitas revoluções desencadeadas no contexto das décadas que antecederam e seguiram ao Concílio Vaticano II, entre elas, às muitas interpretações e implantações das conclusões do concílio (SILVEIRA, 2011).

Destaca-se a criação de dioceses, paróquias, comunidades e a transição da arquitetura devocional à Arquitetura Sacra (FERNANDEZ, 2016), pois essas ações teriam agido na espinha dorsal da cultura e tradição do catolicismo devocional mineiro. Tal contexto teria sido especialmente danoso às pequenas comunidades (ALMEIDA, 2009).

Por isso, esta pesquisa estuda a arquitetura das pequenas comunidades, com foco na região mineira da arquidiocese de Mariana ao tematizar o período de antes de 1960, porém uma parte desta região foi desmembrada com a Diocese de Itabira em 1965. Esta nova diocese nascida no entusiasmo do Concílio Vaticano II e em sintonia com os bispos da América Latina e do Brasil, promoveu a criação de paróquias, pequenas comunidades e a ação das pastorais sociais ligadas à defesa da ecologia e dos direitos humanos, dentro de um contexto com urgências de ações solidárias aos trabalhadores e migrantes, no período da implantação da mineração de ferro em Itabira, siderúrgicas em João Monlevade e o complexo industrial do Vale do Aço, nos anos da década de 1960 (BUARQUE, 2015).

Do ponto de vista da arquitetura, tem-se a necessidade do diálogo com as ciências especializadas em estudar o lugar e o complexo contexto das pequenas comunidades como acena o arquiteto Fernández (2016). Por isso, apesar da crise da arquitetura contemporânea (MCMORROUGH, 2013), busca-se uma metodologia que viabilize processos de projetos participativos fundamentais à inculturação dos conceitos simbólicos sacros no viés da teologia católica atual, nas referidas comunidades (FERNANDEZ, 2016). Seriam processos semelhantes ao que relata Giraldo (2008) sobre a enculturação da arquitetura sacra a partir de diálogo com religiões primitivas e cultura de uma pequena comunidade em Madagascar.

Portanto, este artigo visa pesquisar a suspeita de uma crise simbólica que estaria desconstruindo os conceitos dos símbolos sacros cristãos, gerando insensibilidade à simbologia sacra, desconsideração e ignorância da existência dos símbolos sacros, além de casos extremos de líderes que repudiam a arquitetura e arte sacra.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A Noção de Comunidade Católica

O Novo Testamento define a comunidade cristã pela sua relação com Cristo: povo de Deus, Igreja de Cristo, corpo de Cristo (ALMEIDA 2006). O autor demonstra que os membros da comunidade são definidos como eleitos, irmãos, discípulos de Jesus, assim a estrutura e o espírito das comunidades não se devem acomodar à estrutura e ao espírito da sociedade restante (ALMEIDA, 2006).

Almeida (2006) compila as características, mais ou menos comuns, entre as comunidades nos relatos primitivos: decisões democráticas; existência de ministérios de doutores, diáconos, diaconisas, presbíteros. As comunidades se reuniam nas casas até por volta do século V, era a casa igreja.

A partir do século V e VI se multiplicaram e iniciava o esboço de organizações como diocese e paróquia, que passaria por complexo processo histórico pelos séculos e milênio medieval e moderno como resultado desencadeado pelo Edito de Milão (381), quando começa desaparecer a casa igreja, e os católicos passam se reunirem em espaços, antes ocupados pela religião pública pagã:

“O templo vai aos poucos perdendo sua referência ao povo que ali se congrega (igre-já, que, originariamente, é o povo convocado e reunido em assembleia, significa, ao mesmo tempo, o “povo” e o “templo”) para se tornar cada vez mais a “casa do Senhor” e lugar do tabernáculo”. (ALMEIDA, 2009 p.41)

Nos séculos seguintes, a evolução da Igreja de um lado, e a decadência do império romano de outro, culminaria na realidade medieval, “[...] uma família cristã, numa cidade cristã, numa cultura cristã, numa sociedade cristã”

(ALMEIDA, 2009 p. 47).

Essa fusão que entrará em crise a partir do século XII, e a Igreja rompeu com as ciências e cultura moderna, refugiando-se enquanto pode na autoridade. Caberá ao Concílio Vaticano II (1962 a 1965) tentar restabelecer o diálogo.

Almeida (2009) ressalta que a comunidade não é tema central no Concílio, e carece-se de textos romanos sobre as pequenas comunidades como aponta Grings (1986), mencionando certa hesitação nos legisladores, a respeito do conceito evangélico de comunidade, mas diz que a partir do direito, “as comunidades Eclesiais de Base têm sua vez dentro das paróquias e se lhes podem aplicar perfeitamente as normas gerais que o código estabelece” (GRINGS 1986,). O que seria fundamental para a argumentação sobre arquitetura sacra para todas as formas de pequenas comunidades.

Almeida (2009) sintetiza cinco modelos de paróquia, do período pós-concílio e que coexistiriam atualmente, destaca-se para este estudo: o modelo de paróquia pós-conciliar baseadas na exegese marxista dos textos primitivos, recria textos litúrgicos além de rejeitar as culturas e religiosidade popular. Observa-se que haveria sinais da presença deste modelo na região estudada neste artigo; O modelo de paróquia pós-moderna, valoriza o sentimental, o culto a eucaristia, vestes e locais de culto, a comunidade é individual próximo do subjetivo. (ALMEIDA, 2009 p. 91-122, 2006, p.289-349).

2.2 Noção De Arquitetura Sacra

O arquiteto Fernández (2016) define arquitetura sacra por sua descentralização e função de serviço mistagógico, da liturgia, oração pessoal, contemplação do sagrado a partir dos símbolos cristãos até em termos sensoriais. Nesse processo, a arquitetura saiu do centro e, por tanto, é sacra, mas a arquitetura não é determinada somente pela liturgia, pois a arquitetura tem suas próprias leis e “é uma disciplina 'indeterminada', com mais incógnitas que equações” (FERNÁNDES, 2016). O autor ainda lamenta o analfabetismo religioso que estaria entre as causas da crise da arquitetura simbólica cristã, no mesmo tom, Pastro (2010) sublinha a crise com afirmações contundentes:

Hoje, não se faz arte sacra. A arte sacra é apenas um nome. A fealdade, a mediocridade, a vulgaridade, o tédio são hóspedes em muitas de nossas igrejas e capelas, quando aí deveria habitar a beleza, referência para o mundo. A crise na arte sacra indica a crise na vida cristã” (PASTRO 2010, p. 24).

Pastro (2010) aponta que a Igreja ocidental ao enveredar-se na arte devocional perdeu o referencial sacro e após o concílio precisou buscar tal referencial na Igreja Bizantina. Pastro (em seus vídeos palestras) acrescenta à lista de causas da referida crise, a cultura antropocêntrica radicalizada atualmente no culto ao eu, o que é diferente na cultura indígena, onde a arte é toda sacra, o tema é abordado longamente em várias obras (PASTRO, 2001, 2004, 2010, 20013). O autor enfatiza que o espaço arquitetônico sacro “a igreja-espaço é a imagem da Igreja viva ou será só um monumento feito por um arquiteto ou grupo de pessoas. (...)” (PASTRO, 2004). Nesta dinâmica Pastro (2010) postula o valor da arte na educação da comunidade “o belo transforma e recompõe a pessoa e a sociedade por que vai além do racional e toma cada um por dentro, em sua totalidade” (PASTRO 2010).

2.3 A Capelas antes e depois de 1960 Em Minas Gerais

Observa-se que a noção de paróquia, segundo Almeida (2009) ficou adormecida do século IV até ser definida pelo concílio de Trento, e só vai chegar ao Brasil no séc. XIX, sendo rejeitada pelo catolicismo das confrarias e ordens terceiras, exatamente pela falta de diálogo e respeito pela cultura dos lugares, enquanto as confrarias, apesar de seu intimismo religioso, promovia um sincretismo religioso que paradoxalmente oferecia certa acolhida a negros, mulatos e mestiços, ficando mais próximas do povo.

Em Minas, estas organizações tiveram seu clímax e declínio acompanhando o ciclo da mineração e a pluralidade proporcionada pela migração. Neste complexo contexto composto por maçons, mulatos, negros, entre outros como estuda Bochi (1983), havia uma imensa maça de pobres, segundo Souza (1982) que eram atendidos por algumas confrarias.

E nesta terra de pluralidades e contradições, educada pelo silêncio estratégico da imensa quantidade de judeus, D. João VI em 1868 autoriza migrantes protestantes se instalarem em Alto Jequitibá, onde edificam um conjunto arquitetônico, também único no Brasil. Isso, apesar dos acordos com a Igreja católica proibirem a entrada de outras religiões no Brasil.

O Bispado de Mariana foi criado em 1745 e teve lenta evolução, pois o contexto de comunidade católica só vai ganhar força no contexto do Concílio Vaticano II.

2.3.1 Capelas antes de 1960

Com Mello (1985) busca-se uma abordagem das obras arquitetônicas que priorize o estudo do lugar: “as imposições do meio físico e social, consideradas no sentido mais amplo”. A arquitetura religiosa mineira é singular, por ser criada pela população, com seus artesãos e mestres de obras sem a presença de arquitetos, engenheiros, ordens religiosas. Cada Igreja recebeu o rosto do lugar e da confraria ou ordem terceira que a construiu. Nas confrarias dos negros, os padroeiros eram os santos, já nas dos ricos, o Santíssimo Sacramento.

O sincretismo religioso intimista traça suas marcas nos elementos ornamentais das igrejas, também, de maneira única, pesquisadores apontam marcas do judaísmo, maçonaria, religiões africanas, além de elementos orientais. O espaço interno das Igrejas gerava segregação com mezaninos para determinadas pessoas; proibição da presença de negros e mulatos juntos com brancos; mulheres em uma fileira e homens noutra, elas de véu, eles de camisa de mangas compridas; existência de elementos arquitetônicos impedia que alguém que estivesse fora visualizasse seu interior; o padre de costas, elevado por vários degraus e rezando em Latim como aponta Boschi (1983) e Souza (1982).

Reis Filho (1971) vê na imigração e riqueza do ouro em minas, o surgimento de uma arte brasileira e que evoluiu das pequenas capelas dos povoados até se firmar ao redor de Mariana, com as confrarias:

[...] Essas irmandades, pois animadas de um espírito competitivo, irão buscar seus artistas no próprio meio. No prisma sociológico, o fato mais significativo é a presença numerosa dos mestiços que se revelam habilíssimos artesãos. O mais notável artista, por todos os títulos é Antônio Francisco de Lisboa, o aleijadinho e Manuel da Costa Ataíde". (REIS FILHO, 1917)

Gazin (1956) mostra que “a vontade de se tornarem autônomas, e de escapar da comunidade paroquial, incentivava numerosas doações para as obras das capelas de confrarias” (GAZIN 1956, p. 33). O catolicismo popular desconhecia a doutrina da Igreja o que possibilitava transformar as procissões em espetáculo. Mas, Souza (1982) e Boschi (1983) ao analisar tais festas acrescentam que a pompa e a arquitetura, disfarçavam a escravidão e a imensa massa de pobres.

No caso da região foco deste estudo, as capelas seguiram a mesma regra acima. Por exemplo, a capela do Ipaneminha no município de Ipatinga, concluída em 1940, por iniciativa do congado e sua devoção a Nossa Senhora do Rosário, através de festas e procissões.

Mais tarde os padres trocaram a padroeira da capela por outro santo (segundo documentos disponíveis na prefeitura de Ipatinga). Esta capela é fundamental no lugar, e constitui o eixo motriz das práticas culturais. Como mostra o estudo de Bastos (2013) ao afirmar que as práticas sócio simbólicas geram a identidade da territorialidade da comunidade.

Em 2012, por estar em ruínas, a capela necessitou da atuação do ministério público para organizar uma equipe, que por meio de campanhas, viabilizou sua revitalização (BASTOS p. 58 a 60). A autora destaca o impacto da mudança da economia da região com a chegada do complexo industrial e intensa migração que trouxe grande influência protestante, que também enfraqueceram a religiosidade popular devocional na região do Vale do Aço.

2.3.2 Capelas após 1960

As vivências da fé no modelo da cristandade transcorria numa realidade onde a fé católica era cultural e a Igreja se apresentava como infalível e imutável, portadora de verdades igualmente imutáveis. Tal atitude será colocada amplamente em cheque e

de vários modos: reforma protestante, que exigia a Bíblia como única fonte da revelação livre da tradição; questionamentos dos deístas iluministas e dos ateístas; questionamentos vindos da virada antropocêntrica e da filosofia que dá autonomia ao sujeito, além das crescentes críticas às práticas da Igreja que devastava as culturas e povos primitivos, por fim a Igreja se reuniu no Concílio Vaticano II, para se posicionar (LIBANIO, 2000).

Dentre os vários textos do Concílio, destacam-se para este estudo, as Constituições Dogmáticas: *Lumen Gentium* (A Igreja); *Dei Verbum* (A revelação), e a constituição *Sacrosanctum Concilium*, SC, (A Sagrada Liturgia).

A Sagrada Liturgia (SC) retomou o culto e os conceitos de espaço sacro, que passa a incorporar a eclesiologia e as várias reflexões teológicas em sua definição. Por isso a participação é vista como direito e o programa iconográfico e simbólico são revistos. Mas, a interpretação destes textos geraram conflitos (SILVEIRA, 2011).

Todos os rituais e documentos que surgiram a partir da reforma litúrgica podem ajudar a arquitetura sacra, mas destaca-se Ritual de Dedicção da Igreja e do Altar. Alertando-se, com Fernández (2016) que a multiplicidade de textos oficiais e seu uso ou não pelos líderes religiosos, deixariam o arquiteto sem saber, assim recorre a liberdade dada à arte e arquitetura, pelo Concílio: "(...) em todos os povos e regiões a arte goze de livre exercício na Igreja, contanto que, com a devida reverência e hora, sirva aos sagrados templos e às cerimônias sacras (...)" (SC nº 123).

Porém, existem relatos de casos dramáticos de desprezo dos lugares com sua religiosidade e devoções pela arquitetura modernista, no contexto das décadas de antes e depois de 1960, como o ocorrido na cidade mineira de Ferros. Líderes religiosos articularam um movimento que culminou na demolição da bicentenária Igreja Matriz, e a edificação de outra em estilo modernista em seu lugar (SILVEIRA, 2011). O autor cataloga fatos semelhantes pelo país afora, destacando que as Igrejas estavam reduzidas a quatro paredes, além de receberem o nome de centro comunitário com espaço multiuso, o que teria afastado pessoas da comunidade.

Giraldo (2008) comprovou que o descuido com a simbologia do espaço sacro, gerou afastamento das pessoas das celebrações ao passo, que ao acolher com zelo a simbologia sacra inculturando-a, a situação se inverteu. Outra experiência significativa ocorreu, na comunidade de Ponte dos Carvalhos na periferia de Recife na década de 1970, com Pe. Geraldo Leite que atraiu a comunidade inculturando a arquitetura e arte sacra.

2.4 Por uma Arquitetura geradora de Processos

Ao colocar o espaço sacro diante da arquitetura, alerta-se que este não se prende a função nem à estética, mas é expressão de um simbolismo cosmológico, ontológico e escatológico, segundo Hani (1981). Por isso, o projeto sacro supõe iniciação mistagógica à fé cristã e exercício teológico para a geração dos elementos arquitetônico sacros (FERNÁNDEZ, 2016), pois a dinâmica simbólica sacra é análoga ao mistério da encarnação, nas palavras do Concílio de Niceia ao justificar o ícone: “O verbo indefinível do Pai definiu-se tornando-se carne... Reintegrando a imagem maculada na sua forma primitiva, Ele penetrou-a de Beleza divina Confessando isto, reproduzimo-la em obras e atos” (HANI, 1981, p.). Pastro (2013) materializa tal integração simbólica na Basílica Nacional de Aparecida ao inserir no projeto iconográfico sacro: os mártires e líderes brasileiros; uso de azulejos; arte indígena; a fauna e flora nacional; os recursos naturais das regiões brasileiras; os quatro elementos da natureza, entre outros, (PASTRO (2013) e os vídeos e entrevistas). Essa ação de Pastro geraria suporte para que a arte popular e a cultura da comunidade fossem simbolizadas em seus espaços sacros.

Entende-se que para gerar espaços sacros nas pequenas comunidades, a arquitetura precisa se posicionar diante de suas teorias e métodos que desprezaram culturas e lugares, se prenderam ao mercado, conflitaram com a tecnologia e bloquearam-no o com as demais ciências como aponta Mcmorrough (2013). É exatamente pelo seu posicionamento diante das situações acima, que as reflexões de Moore (2013) são importantes para este estudo.

Moore (2013) inicialmente demonstra que o conceito tradicional de lugar, foi ignorado pela arquitetura moderna e confundido com o conceito de comunidade pelas ciências sociais, que o igualaram a conceitos morais baseado na análise histórica com sua leitura de causa e efeito. Esta confusão moderna foi radicalizada pela teoria marxista que, como o modernismo desvalorizou os lugares. No entanto, posição marxista revisada colabora com novos critérios para entender o lugar: Localização, sentimento de lugar e localidade.

O primeiro, a localização, é dada pela objetividade da área geográfica encampadas pela política e economia; o sentimento de lugar é subjetivo e originado de ações intersubjetivas que geram qualidade de vida, ligadas as vivências, (o que preocupa os fenomenólogos e construtivistas); entre os dois critérios acima, está a localidade, espaço onde ocorrem as relações sociais, incluindo as institucionais, onde a arquitetura colabora com cidade, praça, vizinhança. Moore propõe o entendimento de lugar ou região, a partir desta lógica intermediária da localidade, possibilitando tanto livrar-se do determinismo da política e economia na hora de acolher achados da corrente marxista, quanto superar os construtivistas, quando entendem o lugar como determinado por mitos nascidos de experiências subjetivas.

A seguir, Moore (2013) trabalha os conceitos de lugar e tecnologia, como conceitos espaciais. O autor entende que a tecnologia é uma realidade espacial, e por isso seria um lugar, um sistema social, ou seja, é uma construção social, envolvendo política, economia inextrincável da sociedade, por isso é lugar de embates de interesses e aponta três qualidades para a tecnologia: Conhecimento humano, padrões de atividades humanas e objetos físicos. Por isso, “a questão é que os computadores, martelos ou tratores são inúteis sem o conhecimento humano e as práticas que os empregam” (MOORE, 2013).

Moore (2013) estabelece uma relação dialógica entre os conceitos espaciais de tecnologia e lugar tradicional com base na teoria da não modernidade. Pois a crítica moderna se baseia na ação de um sujeito humano analisando um objeto fora dele. Já para a teoria da não modernidade seria impossível tal separação de sujeito e

objeto, “trata-se de uma situação como a da gravidez – ninguém pode ser “meio” moderno.

Nesse sentido, a modernidade tem sido uma licença conveniente para saquear a natureza, e não um fato antropológico” (MOORE, 2013.p. 285). Ao contrário dos modernos, a tese não moderna conclui que “ao examinarmos como o mundo realmente funciona, somos obrigados a reconhecer que nós cavaleiros e cavalos, políticos e eleitores, pedreiros e tijolos, somos 'quase sujeitos' e 'quase objetos” (MOORE, 2013). Ou seja, humanos e não humanos estão mais juntos que separados, assim, “é difícil distinguir entre as qualidades de um lugar e as tecnologias empregadas para criá-las” (MOORE, 2013). Uma nota do autor esclarece sua compreensão da relação entre tecnologia e lugar:

A relação entre o lugar e a tecnologia é tanto espacial como discursiva. É um diálogo de causa efeito, meios e fins. São conceitos inseparáveis, porém contingentes, que levam os habitantes de um lugar a um estreitamento dialógico dos horizontes culturais” (MOORE, 2013, not. 19)

O autor percebe que modernismo marxista e o pós-modernismo heideggeriano, com bases filosóficas opostas e a análise histórica causal, não conseguiram estabelecer o diálogo entre lugar e tecnologia. Assim, propõe análise geográfica que vê os acontecimentos humanos no espaço, sem a fixação na visão causal, e que possibilita perceber que os lugares são dominados por redes técnicas e habitados por humanos e não humanos.

Moore (20013) propõe foco no bem estar de humanos e não humanos, inserindo o conceito de regeneração como avanço em relação a noção de sustentabilidade, a qual estaria ligada ao status quo de sistemas materiais que são redes técnicas constituídas politicamente. Já a arquitetura regenerativa é a que buscará a participação de instituições humanas na reprodução democrática de lugares revigorantes.

A viabilidade da proposta de arquitetura regeneradora é dada pelo fato de sua tecnologia ter maior eficácia na regeneração dos lugares que as demais práticas tecnológicas, até porque, uma das definições de arquitetura é: forma-lugar. A

arquitetura regeneradora, no viés do regionalismo regenerador, conseguiria construir lugares que inter-relacionem humanos e não humanos através de práticas renováveis segundo Moore (2013).

É particularmente importante para este estudo, as propostas finais de Moore (2013), primeiro, é que a arquitetura não se compreenda a partir da estética dos ricos, e sim do “contexto social e material da vida cotidiana” e da transformação da natureza. Com isso, a arquitetura deixaria de ser empoderada de si mesma para dialogar com as outras ciências e culturas. Afinal, como os não modernos, não opõe natureza e tecnologia, tal dialógica “exige que a disciplina da arquitetura seja reconstituída como prática política em vez de estética” (MOORE, 2013).

Em seguida, o autor apresenta oito pontos para uma arquitetura regeneradora, dos quais destacamos que a arquitetura regeneradora: faz intervenções inteligíveis as pessoas comuns e que melhorem efetivamente a qualidade de vida dos cidadãos do lugar; constrói processos integrando: ecologia, atividades culturais econômicas e sociais; subverte as tecnologias e ditadura do mercado envolvendo os cidadãos nas decisões tecnológicas; democraticamente fomenta convergências sobre o que afeta a todos, ventilação, aquecimento global; e ainda, cria lugares críticos.

Infere-se que as teorias acima fundamentam os objetivos deste estudo, Moore fundamenta uma arquitetura política mais voltada para processos que objetos o que contempla a proposta de arquitetura sacra com as pequenas comunidades, o que supõe processos democráticos de projeto. Além disso, a proposta de arquitetura regeneradora abre diálogo com as dimensões cósmicas da simbologia sacra, aludindo a proposta de Pasto, apresentada acima e em diálogo com encíclica do Papa Francisco, sobre o Cuidado da Casa Comum. Por fim, destaca-se o diálogo entre tecnologia e lugar na visão da arquitetura regeneradora sem sobreposição, entre sujeito e objeto, transformando as relações entre humanos e não humanos.

Por fim, diante da natureza cristã do espaço sacro, fazem-se breves ressalvas a cerca da pós-metafísica imanentista heideggeriana que teria grande influência na arquitetura. Ribeiro Junior (2008) apresenta um debate filosófico que, desmontou a

separação sujeito e objeto presente nas teorias modernas, e no pensamento de Heidegger, além de superar o problema do tempo e espaço.

A relação sujeito e objeto supunha um objeto com o intelecto cheio de conceitos, mas sem acesso ao objeto. A visão captava o objeto e com ajuda da imaginação ofereceria a imagem dele ao intelecto, que trabalharia sobre esta imagem, assim o sentido da visão é prioritário. O referido debate filosófico gera um pensamento diferente da essência e da metafísica, tanto clássica quanto a pós-metafísica de Heidegger, partindo das sensações, onde o corpo ao se aproximar ou ser afetado pelo outro, mobiliza todos os seus sentidos corporais, a linguagem é suspensa e o eu dedica-se a cuidar do outro.

Nisto está o conceito de temporalidade do contato com o próximo: “encontrar-se com o rosto é deparar-se com o 'traço de um passado irreversível, imemorial, irrepresentável' e que, por isso, está aquém ou além do fenômeno”. O cuidado com o outro (RIBEIRO JUNIOR 2008).

Tal intriga da proximidade com o outro, poderia ser ilustrada com o conto a terceira margem do rio de Guimarães Rosa, onde a terceira margem é o rio mesmo que se constitui no complexo diálogo entre as margens. Transpondo para teoria apresentadas, o terceiro seria o que surge entre a proximidade do eu com a carne do outro.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa é classificada como descritivo-exploratória pela característica de observar, classificar e descrever a realidade existente na comunidade nossa Senhora Aparecida no que diz respeito ao conceito de arquitetura sacra. Para tal, fez-se necessário os estudos bibliográficos acima, sobre as noções de arquitetura sacra e a de comunidade católica, além de definir um programa de arquitetura sacra básico para uma Igreja nas pequenas comunidades, conceito de enculturação e mistagogia (Anexo A) o que deu base para as observações in loco, permitindo

constatar a riqueza da reconhecida arquitetura sacra da referida Igreja, que motivou esta pesquisa.

Além disso, foram realizados levantamentos físicos e fotográficos e entrevistas à padres, arquitetos e seminaristas sobre capelas de antes e depois de 1960, incluindo a Igreja do Ipaneminha, o desprezo ao lugar e ao ethos das comunidades, as diferentes interpretações e inculturação do Concílio Vaticano II, através de questões abertas. Além de questões fechadas sobre os rituais e a multiplicidade de documentos sobre liturgia. A pesquisa foi divulgada nas redes sociais e visitas, e o questionários foram somente após a pessoa se dispor a responder. Nestas condições distribuiu-se 180 questionários com retorno de 40.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segue uma síntese do resultado das questões abertas, sem usar citações literais, como foi garantido aos entrevistados. Em relação ao impaneminha, à maioria afirmou que ela seria sacra e que as outras perderam a sensibilidade pelo belo, o templo perdeu o caráter sagrado depois do concílio; eliminaram o presbitério e misturaram tudo com a assembleia e isso teria eliminado a simbologia; falta de profissionais; crise de valores; até 1960 era obrigado seguir o simbólico; a crise vem pelo conceito multiuso; perdeu-se de referência simbólica; existem corretes recuperando a beleza simbólica. Outros ainda escreveram que não viram nenhum sentido nas questões.

Segue a síntese, das respostas sobre múltiplas interpretações do concílio: A quase totalidade disseram que o Pe. Geraldo Leite, não respeitou a religiosidade popular; não viram simbologia na volumetria do edifício, mas apesar disso, foi consenso que o sucessor de Pe. Geraldo errou.

Seguem as respostas sobre o tema da inculturação: As respostas foram unânimes em elogiar o respeito a religiosidade popular, mas não mencionaram diálogo com as religiões não cristãs; disseram que é preciso dialogar com a comunidade; acolher as

ciências relacionadas ao lutar e à teologia sacra; ofereceram que é preciso expressar a simbologia a partir da cultura, liturgia e história da comunidade; reafirmou-se que a comunidade precisa se ver na arquitetura;

Os entrevistados, ainda inseriram observações, questionando a eficácia da leitura dos documentos em despertar sensibilidade para arte Sacra; outros alertaram quanto ao risco de rubricismo, legalismo e ritualismo. Enfim, considera-se que o grande número de questionários não devolvidos expressaria a crise.

A seguir é apresentado resultado das questões fechadas, sintetizadas no quadro 1.

Quadro 1 – Síntese do resultado de pesquisa

	Você já leu:	Sim	Não
01	Missal Romano	70%	30%
02	Ritual da Iniciação Cristã	80%	20%
03	Ritual do Matrimônio	90%	10%
04	Ritual de Bênçãos	50%	50%
05	Ritual da Dedicção da Igreja e do <u>Altar</u> , esta questão foi dividida em 4 partes, mas sintetizamos as respostas.	40%	60%
06	Cânones sobre o espaço sacro	75%	25%
07	Palavra de Deus na vida e Missão da Igreja (esta exortação pede um lugar para a Sagrada Escritura)	45%	55%
08	Doc. 43 da CNBB, Animação da vida litúrgica no <u>Brasil</u>	10%	90%
09	Constituição <u>Sacrossanctum concilium</u>	79%	21%
10	Estudo 106, CNBB, Orientações para projeto e construção de igrejas e disposição do espaço <u>celebrativo</u> .	30%	70%
11	Introdução do Lecionário Dominical, da Palavra de <u>Deus</u>	85%	15%

Fonte; Autor

Na Igreja N. S. Aparecida, o programa iconográfico e arquitetônico sacro, é fruto de rigoroso processo de inculturação da teologia pós Vaticano II, como apresenta Morais (2009). Os espaços foram definidos como lugares, após ampla investigação teológica incluindo a meditação da Prece de Dedicção da Igreja e do Altar, em vista

do serviço e participação do povo sacerdotal na oração pessoal, Liturgia das Horas, Celebração da Palavra, Celebração Eucarística.

No programa iconográfico as formas têm simplicidade e verdade nos materiais conforme os objetivos da arte sacra. De modo que “a disposição geral do edifício sagrado seja tal que ofereça uma imagem da assembleia reunida” (MORAIS 2009. P.49). O autor situa no termo imagem o eixo do sentido da liturgia e da reforma proposta pelo concílio, ao superar a visão utilitarista ou sacralizante do espaço.

Moraes confirma que através da participação nos ritos litúrgicos, no espaço sagrado dá-se “a renovação de todo o cosmos e do indivíduo, o espaço sagrado é o centro, o eixo do mundo” (MORAIS 2009), e daí insere o desafio das noções de sagrado e profano, como condição da existência deste espaço e do que se realiza nele. Tais noções são colocadas mais em vista da não sacralização do que deve ser mantido como profano.

Este espaço, é diferente do comum da vida, é lugar da “significação da existência” (MORAES 2009). Esta distinção seria condição para a superação de um aparente paradoxo: se Deus habita em cada pessoa e nelas reunidas como Igreja, logo o lugar da habitação de Deus é a comunidade de filhos e filhas de Deus e não o espaço sacro. Guimarães (2007) conclui que “O espaço da celebração é a casa da casa de Deus, lugar que abriga a assembleia dos cristãos é cristãs convocadas (as) pelo Pai, em Cristo, na força do Espírito Santo” (GUIMARÃES 2007). E o autor afirma que mais que ocupar lugar, nós nos tornamos o lugar que ocupamos, e que tal verdade seria verificada nos espaços sacros, que por isso precisam ser dedicados ou abençoados.

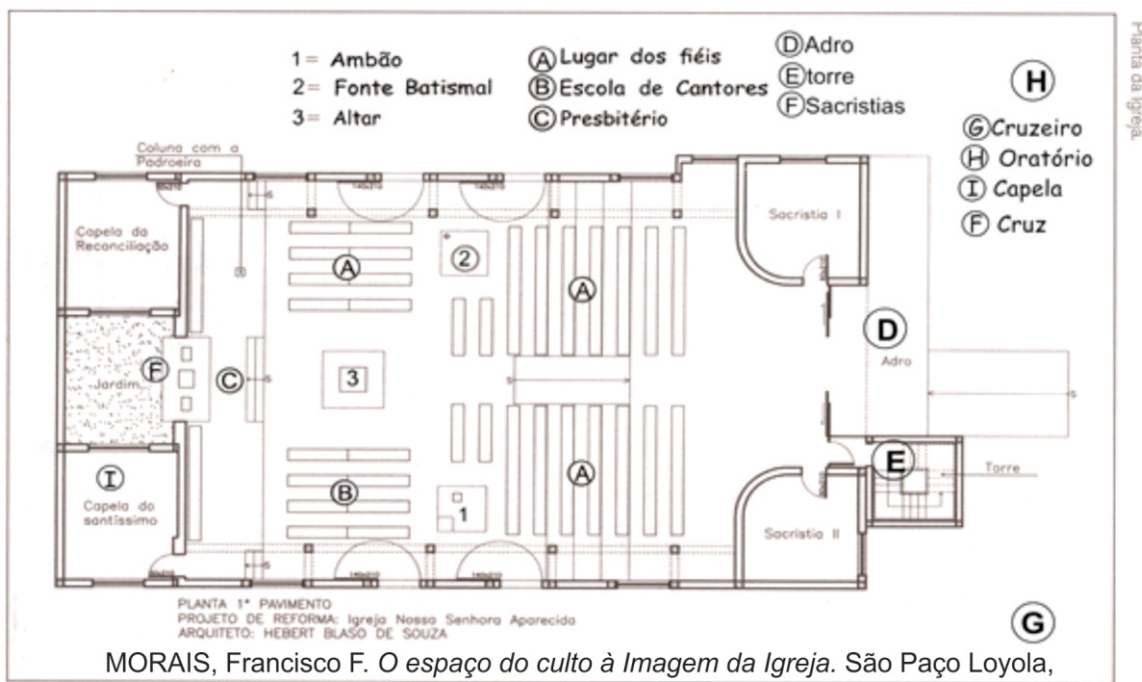
Para Morais (2009) a igreja povo de Deus, se vê e se mostra ao mundo nos espaços sacros construídos à sua imagem. “Portanto, a Igreja-templo não pode não fazer referência explícita à Igreja-assembleia e à Igreja-Povo de Deus porque a ela é destinada (...)” (MORAIS 2009). A assembleia está no centro das definições do programa e do conceito do espaço sacro, cada lugar ganha um título que o integra ao Corpo Místico de Cristo, demonstrando que o lugar é de uma Igreja templo do

Espírito Santo, que deste recebe dons e ministérios a serviço do Povo de Deus e como povo de Deus e se constitui em assembleia celebrante.

Assim, Moraes (2009) configura as soluções arquitetônicas sacras para o lugar dos fieis a Cristo, dos cantores e ministérios. E na ultima parte de sua obra, Morais (2009) define a Iconografia sacra ministerial da assembleia e visando evidenciar o povo sacerdotal, aproximando da assembleia o ambão, pia batismal e Altar. Além do interior, observa-se uma volumetria com verticalidade e que dialoga com o imaginário mineiro. Uso de jardins, cruzeiro e oratório.

A figura 1 mostra a planta da capela em estudo.

Figura 1 – Planta da Capela Nossa Senhora Aparecida



Fonte: MORAIS (2009)

A seguir, mapeia-se a relação das pessoas com os símbolos sacros na Igreja, observando como se aproximam, tocam, permanecem no espaço, fazendo suas oração após o final da celebração, veja nas figuras 1 a 12..

Figura 2 – Beijar Cruz	Figura 3 – Ministros	Figura 4 - Lugar L – Padroeira
		
Fonte: Autor	Fonte: Autor	Fonte: Autor

Figura 4 - Sacrário	Figura 5 - Altar	Figura 6 - Coração de Jesus.
		
Fonte: Autor	Fonte: Autor	Fonte: Autor





Figura 7 - Assembleia	Figura 8 - Cruzeiro	Figura 9 - Pia Batismal
		
Fonte: Autor	Fonte: Autor	Fonte: Autor

Figura 10 - Torre	Figura 11 - <u>Ambão</u>	Figura 12 - Oratório
		
Fonte: Autor	Fonte: Autor	Fonte: Autor

5 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, ao abordar a singular religiosidade leiga mineira, constatou-se a falta de cuidado dos profissionais de arquitetura e líderes religiosos ao projetar espaços para as comunidades. Isto foi evidenciado nas entrevistas deixando claro que os entrevistados confundem arquitetura sacra e devocional, e também na pesquisa bibliográfica que demonstrou a multiplicidade de textos e interpretações, crise da arquitetura e assembleia analfabeta em arte e sem iniciação mistagógica sacra. Assim comprovou-se a crise da arquitetura sacra.

Por outro lado, ao pesquisar a Igreja Nossa Senhora Aparecida, deparou-se com a beleza e grandeza da arquitetura sacra, proposta pelo concílio. Onde o espaço inteiro é sacro e mistagógico. Tal realidade, conjugada com o estudo bibliográfico sobre a Basílica Nacional de Aparecida, permite concluir que é viável inculturar a simbologia sacra mistagógica expressando sua teologia através de programa iconográfico e elementos arquitetônicos, extraído da cultura, arte, natureza, fé, história, das pequenas comunidades.

Conclui-se ainda, que se o espaço devocional das igrejas de antes do concílio, segregava, só o padre tinha acesso ao sagrado, o concílio retoma que Deus habita cada pessoa, está presente no meio da comunidade reunida, a assembleia é que é celebrante, e o espaço inteiro é transformado em mistagógico e sacro, pois como Deus está presente, e ele não faz acepção de pessoas, não pode haver segregação.

A partir das pesquisas, identificou-se que a crise tem três vertentes. A primeira é expressa pela pesquisa realizada na Igreja N. S. Aparecida que faz concluir que o processo de inculturação da teologia e dos conceitos dos símbolos cristãos, exige - tanto do profissional de arquitetura, quanto dos artistas e da comunidade com seus líderes - amplo exercício teológico; conhecimento e sensibilidade à história da arte sacra; ampla pesquisa sobre os símbolos cristãos para conhecer a quantidade, a grandeza conceitual e a riqueza representativa.

A segunda vertente da crise, decorre de teorias arquitetônicas presas a estética dos ricos; ligadas ao mercado; e fechadas ao diálogo com as ciências especializadas em conhecer o lugar a natureza, a tecnologia, Teologia. E as pesquisas apontaram a carência de profissionais com iniciação mistagógica sacra a fé cristã, e aberto ao diálogo com artistas sacros e a comunidade com seus líderes.

A terceira vertente da crise é a falta de assembleias cristãs com iniciação sacro mstagógica.

Conclui-se que a arquitetura regeneradora possibilita superar a crise oferecendo uma lista de conceitos: arquitetura processos democráticos de projetos; proposta de uma arquitetura política no sentido que afeta o bem comum da comunidade; arquitetura inteligível a todos do lugar; superando a ruptura sujeito e objeto, assumindo a intriga do encontro e cuidado, que nasce ao estar diante do rosto do outro; integra humanos e não humanos no lugar.

Neste viés, seria possível inculturar a teologia atual e os símbolos cristãos, expressando-os pela fé, cultura, história, arte popular, natureza, matérias existentes na comunidade, o que resultaria em projetos com orçamento acessível a pequena comunidade. Por fim, nesse processo o templo cristão recupera a qualidade de espaço regenerador pela comunhão comunitária, planetária, cósmica e escatológica.

E sendo assim, privar uma pequena comunidade de ter este espaço, seria gerar um empobrecimento irreversível da fé cristã, que não nasce de uma teoria ou energia, mas do encontro com o vivente, invisível e presente no meio de seus filhos e filhas, reunidos em assembleia celebrante, e expressos pela mistagogia do espaço sacro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antônio José de. **Leitos em quê? Uma abordagem Histórica**. São Paulo, São Paulo: Paulinas, 2006. 276 p.

ALMEIDA, Antônio José de. **Paróquia Comunidade de Comunidades: e Pastoral urbana..** São Paulo, São Paulo: Paulinas, 2009. 280 p.

BAZIN, Germain. **Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Recor, 1956. 398 p.

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo, São Paulo: Ática, 1986.

BUARQUE, Virgínia A.C.; PINHEIRO, Cleverson F.S.; SANTOS, Julio C.. **Diocese de Itabira - Cel. Fabriciano**. Belo Horizonte: Editora Olutador, 2015. 227 p.

GIRAUDO, Cesare. **Admiração eucarística: Para uma mistagogia da missa à luz da encíclica Ecclesia de Eucaristia..** São Paulo, São Paulo: Loyola, 2008. 198 p.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. O espaço da Celebração: Ritos iniciais. In: COFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (Org.). **Liturgia Em Mutirão: Subsídios para a formação**. Brasília Distrito Federal: Edições Cnbb, 2007. p. 77-79.

GRINGS, Dadeus. **A ortopraxis da Igreja: O direito canônico a serviço da Pastoral (com as adaptações da CNBB para o Brasil)**. Aparecida São Paulo: Santuário, 1986. 222 p.

LIBANIO, João Batista. **Eu creio nós cremos: tratado da fé**. São Paulo São Paulo: Edições Loyola, 2000. 478 p.

MELO, Suzy de. **Barroco Mineiro**. São Paulo São Paulo: Brasiliense, 1985. 287 p.

MCMORROUGH, John. Ru(m)inações: As assombrações da arquitetura contemporânea. In: SKYES, A. Krista (Org.). **O campo Ampliado da arquitetura: Ontologia Teórica 1993-2009**. São Paulo, São Paulo.: Cosac Naify, 2013. p. 349-357.

MORAES, Francisco Figueiredo de. **O espaço do culto à imagem da Igreja**. São Paulo, São Paulo: Loyola, 2009. 201 p.

MORE: Mecanismo online para referências, versão 2.0. Florianópolis: UFSC Rexlab, 2013.

MOORE, Steven A.. Tecnologia, Lugar e regionalismo não moderno. In: SKYES, A. Krista. **O campo Ampliado da arquitetura: Antologia teórica 1993-2009..** São Paulo, São Paulo.: Cosac Naify, 2013, p. 276-293.

PASTRO, Claudio. **O Deus da Beleza: Educação através da Beleza**. São Paulo, São Paulo: Paulinas, 2010. 180 p.

PASTRO, Cláudio; COLOMBINI, Fábio. **Aparecida**: Guia da Basílica Nacional de Nossa Senhora Aparecida, fotos de Fábio Colombini, e texto de Cláudio Pasto. Aparecida, São Paulo: Santuário, 2013. 108 p.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Brasil Arquitetura, Enciclopédia Abril, Vol. 2. Pág. 617**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Edições Abril, 1971.

RIBEIRO JUNIOR, Nilo. **Sabedoria da Paz: Ética e teo-lógica em Emmanuel Levinas..** São Paulo, São Paulo: Loyola, 2008. 517 p. (Theológica).

SARTORELLI, César Augusto. **O espaço sagrado e o religioso na obra de Claudio Pasto**. Curitiba, Paraná: Fapesp, 2014. 223 p.

SILVEIRA, Marcus Marciano Gonçalves da. **Tempos Modernos, templos ao chão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 224 p. (Coleção História de Minas Gerais.).

http://www.descubraminas.com/Turismo/DestinoAtrativoDetalhe.aspx?cod_destino=2&cod_atrativo=545.

Acesso 25/05/2016.

DESCUBRA MINAS.COM. **Igreja de Santa Ifigênia ou de N. S. do Rosário do Alto da Cruz**. Disponível em:

<http://www.descubraminas.com/Turismo/DestinoAtrativoDetalhe.aspx?cod_destino=2&cod_atrativo=545>.

Acesso em: 25 maio. 2015.

Ver ainda: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1763>;

FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. O negro na história da arte nacional, por Renata Felinto. Disponível em:

<<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1763>>. Acesso em: 25 maio. 2016.

<http://museuafrobrasil.org.br/docs/default-source/Roteiro-de-visita-/roteiro-de-visita-a-nova-mao-afro-brasileira.pdf?sfvrsn=2>

Acesso 25/05/2016.

MUSEU AFROBRASIL. **A mão afro-brasileira nas Artes Visuais**. Disponível em: < <http://museuafrobrasil.org.br/docs/default-source/Roteiro-de-visita-/roteiro-de-visita-a-nova-mao-afro-brasileira.pdf?sfvrsn=2> >.

Acesso em: 25 maio. 2016.

<http://nacaododivino.blogspot.com.br/2014/02/o-painel-da-ponte-dos-carvalhos.html?view=flipcard> - Acessado dia 07 – 04 – 2016

NAÇÃO DO DIVINO. **O painel da Ponte dos Carvalhos**. Disponível em:

<<http://nacaododivino.blogspot.com.br/2014/02/o-painel-da-ponte-dos-carvalhos.html?view=flipcard>>. Acesso em: **5 abr. 2016**.